

O ESTADO DE S. PAULO

Ambientalismo e desenvolvimento

✱ JOSÉ GOLDEMBERG

As eleições do próximo ano criam uma oportunidade de histórica para discutir os rumos que o País deve tomar na área de energia: ou continua com políticas voltadas para ações imediatistas, de curto prazo – muitas delas com objetivos eleitorais –, ou escolhe um novo caminho, em que objetivos de longo prazo sejam estabelecidos e investimentos sejam feitos em áreas que nos levem a um desenvolvimento sustentável, isto é, que seja duradouro. Na formulação de tal caminho, o papel do movimento ambientalista é de importância fundamental, por duas razões: ● a proteção ambiental, incorporada no processo de desenvolvimento, pode evitar que ele seja predatório, o que pode comprometer os próprios objetivos desse desenvolvimento; ● e a posição dos ambientalistas – se levada ao extremo – poderá dificultar ou até impedir o desenvolvimento. Há uma linha tênue entre esses dois caminhos e não é fácil segui-la sem cair em exageros nos dois lados.

O que temos visto na última década não é muito encorajador, com manifestações explícitas de ministros, e até de presidentes da República, ridicularizando posições de movimentos ambientalistas na Amazônia e dando pouca – ou nenhuma – atenção aos sérios problemas do aquecimento global. Essas atitudes refletem o imediatismo de políticos de plantão e impaciência com as dificuldades e os atrasos que a ação dos ambientalistas pode infligir na execução das obras. Sucedem em muitos casos eles têm razão e seria de fato melhor executá-las de forma diferente, que levasse mais em conta a proteção ambiental.

Exemplo claro desses conflitos, que não foram bem resolvidos, é o que está ocorrendo com a construção de hidrelétricas na Amazônia, como em Belo Monte, onde a criação de reservatórios de água foi praticamente abandonada. A função desses reservatórios é regularizar a geração de eletricidade ao longo do ano, mesmo nos meses em que não chove. Além disso, em casos de períodos de seca prolongados – que podem durar de dois anos a três anos –, os reservatórios são

uma garantia de continuidade da operação do sistema elétrico. Reservatórios, no entanto, realmente inundam áreas onde existem florestas, afetam populações ribeirinhas e, até certo ponto, a biodiversidade local. No caso de Belo Monte, essas questões provocaram sérios conflitos com comunidades locais onde as organizações não governamentais (ONGs) são muito atuantes. O governo brasileiro pode argumentar que venceu o movimento ambientalista, que tentou impedir que a usina fosse construída, porque as obras estão em andamento. Em contraposição, poder-se-ia dizer que o movimento ambientalista derrotou o governo, forçando a construção dessa usina praticamente sem reservatório. A área inun-

Importante proposição do WWF-Brasil abre caminho para que se inicie um diálogo

dada será apenas de cerca de 500 quilômetros quadrados, que não é muito grande comparada com o desmatamento da Amazônia, de cerca de 5 mil quilômetros quadrados todos os anos. Para os dois lados foi uma vitória de Pirro. Hidrelétricas sem reservatórios não são boas para o sistema elétrico do País e a falta deles já se está fazendo sentir, com o aumento da produção de energia elétrica usando usinas térmicas queimando gás natural (que é caro) ou carvão (extremamente poluente) e até usinas nucleares.

Existe uma solução para esses problemas? Ao que tudo indica, a resposta é positiva. E um caminho a ser explorado acaba de vir da ONG WWF-Brasil (a seção brasileira do Fundo Mundial para a Natureza), uma entidade ambientalista séria e responsável. Diferentemente de outras entidades ambientalistas mais radicais, o WWF-Brasil, em sua recente tomada de posição a respeito de geração de energia elétrica no Brasil, declarou: “O WWF-Brasil não se opõe a nenhuma fonte renovável, incluindo as hidrelétricas ‘perse’”. Estamos muito preocupados com a forma como foram e ainda estão sendo planejadas e construídas hidrelétricas, especialmente na Amazônia e nas nascentes do Pantanal.

Portanto, recomendamos que sejam tomadas todas as medidas para mitigar esses impactos, considerando seu efeito cumulativo e de longo prazo nas bacias e buscando o menor custo socioambiental. O WWF desenvolveu uma metodologia para contribuir nisso, permitindo uma visão integrada de bacias hidrográficas, de forma a que se possam avaliar, discutir, antecipar e prevenir maiores impactos na biodiversidade, nos serviços ambientais e nos povos tradicionais, e permitindo manter trechos estratégicos dos rios livres de barragens. Este método pode e deve também ser aplicado para outras fontes renováveis de energia”. Essa é uma proposição das mais importantes, porque abre caminho para que o governo federal inicie um diálogo com o movimento ambientalista. Nesse diálogo o governo deveria considerar com seriedade as objeções ambientais levantadas.

Em contrapartida, os movimentos ambientalistas precisariam ser esclarecidos quanto ao fato de que os impactos locais produzidos por uma hidrelétrica na Amazônia são, sim, reais, mas a eletricidade gerada atende às necessidades de milhões de habitantes que vivem a mais de mil quilômetros de distância. As populações atingidas – algumas dezenas de milhares em alguns casos – podem e devem ser realocadas, como foi feito com sucesso quando da construção de muitas hidrelétricas no País, como a de Itaipu. Populações indígenas merecem, é claro, um tratamento diferenciado, que lhes pode também ser dispensado em muitos casos.

Há que atentar também para o fato de que o Brasil necessita acrescentar cerca de 3 milhões a 5 milhões de quilowatts por ano ao seu sistema elétrico e que é difícil fazer isso sem usinas hidrelétricas. A contribuição da energia dos ventos, da biomassa e da eficiência energética é importante e muito bem-vinda, mas não pode atender a toda a demanda.

✱ PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, FOI SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO E SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O marinês

✱ DENIS LERRER ROSENFELD

O marinês é uma nova língua política que se caracteriza por abstrações e fórmulas vagas com o intuito de capturar o apoio dos incautos. Suas expressões aparentemente nada significam, porém procuram suscitar a simpatia de pessoas que aderem ao politicamente correto. Mas só aparentemente nada significam, pois carregam toda uma bagagem teórica que, se aplicada, faria do Brasil um país não de sonháticos, mas de pesadeláticos. Marina Silva ganhou imenso protagonismo nas últimas semanas ao ingressar no PSB do governador Eduardo Campos, fazendo um movimento político inusitado. Ao, aparentemente, aderir ao candidato socialista acabou roubando para ela a cena política, como se fosse, de fato, a protagonista. De segunda posição, a de vice, age como se encarnasse a primeira, de candidata a presidente. No afã de ganhar espaço midiático, não cessa de dar entrevistas e declarações: num único dia conseguiu o prodígio de ser entrevistada pelos maiores jornais do País, **Estadão**, *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, que fizeram manchetes dessas declarações. Nada disse, porém não parava de falar. Vejamos algumas dessas expressões, sob a forma de um dicionário explicativo.

Coligação ou *aliança programática* – eis uma fórmula das mais utilizadas. Numa primeira abordagem, significaria uma aliança de novo tipo, baseada em programas, e não mais em acordos meramente pragmáticos. Seu objetivo é mostrar que as ideias são prioritárias, não os meros interesses partidários. Acontece que um escrutínio mais atento dessas ideias mostra uma concepção extremamente conservadora da relação homem-natureza, devendo ele abandonar a “civilização” do “lucro” e do “consumo” e voltar à floresta. É como se o homem atual fosse uma espécie de escrescência natural. A natureza é endeusada sob a forma de um neopanteísmo, como se mexer numa árvore constituísse uma agressão a algo sagrado.

Se há desmatamento é porque os seres humanos precisam alimentar-se, e não por simples ímpeto destrutivo. O Brasil, lembremos, é o país mais conservacionista do planeta: preservou 61% de sua cobertura natural nativa, além de mais de 80% da Amazônia. A oposição de Marina à agricultura e à pecuária, se viesse a ser governo, se traduziria por um imenso prejuízo para o País, hoje celeiro do mundo. A candidata, quando ministra do Meio Ambiente, mostrou-se claramente avessa ao progresso, procurando, por exemplo, detodas as formas tornar inviável não só a comercialização dos transgênicos, mas a própria pesquisa. Ou seja, ela se colocou contra o conhecimento científico. O “novo” significa aqui opor-se ao progresso da ciência e ao desenvolvimento econômico. O alegado “princípio da precaução” era nada mais do que o “princípio da obstrução”.

Digna de nota também é sua concepção dos indígenas, como se seus direitos se sobrepujassem a quaisquer outros. Ela tem uma aversão intrínseca ao direito de propriedade, não se importando nem com os agricultores familiares e os pequenos produtores. Justifica pura e simplesmente sua expropriação, devendo eles ser abandonados. Ademais, seguindo suas ideias, os indígenas deveriam ser consultados – na verdade, decidiriam – sobre quaisquer projetos em áreas próximas às

Palavras muitas vezes encobrem significados inusitados, sobretudo dos que se dizem puros

deles ou sobre as quais tenham pretensões de direito. Convém lembrar que o País tem, segundo o IBGE, uma população indígena, em zona rural, em torno de 530 mil pessoas (um bairro de São Paulo), à qual se acrescentam outras 300 mil em zona urbana. Já ocupam 12,5% do território nacional. Ora, se todas as pretensões de ONGs indígenas fossem contempladas, com o apoio militante da Funai, chegar-se-ia facilmente a 25% do território. Nem haveria índios para ocupar toda essa vasta extensão de terra.

Acrescentem-se regras cada vez mais restritivas em relação ao meio ambiente – algumas das quais, até o novo Código Florestal, que ela procura reverter, tinham o efeito totalitário

da retroatividade – e outras aplicações em curso de quilombolas e populações ribeirinhas, os “povos da floresta”, no marinês, para que tenhamos as seguintes consequências: 1) O País não poderia mais construir hidrelétricas na Amazônia, impedindo a utilização nacional dos recursos hídricos. A oposição à hidrelétrica de Belo Monte é um exemplo disso. 2) Ficaria cada vez mais difícil a extração de minérios, impossibilitando a exploração de jazidas, o que produziria um enorme retrocesso econômico e social. 3) A construção de portos e rodovias se tornaria inviável em boa parte do território nacional, quando se tem imensas carências nessas áreas. 4) A construção civil seria outra de suas vítimas. 5) A agricultura e a pecuária e de modo geral o agronegócio, os motores do desenvolvimento econômico, seriam os novos bodes expiatórios.

Democratizar a democracia – eis outra expressão muito bonita que encobre sua função essencial. Trata-se, na verdade, de instituir formas de consulta que confeririam poder decisório aos ditos movimentos sociais, que compartilham as “ideias” marinistas. Assim, para qualquer projeto seria necessário fazer consultas às seguintes entidades (a lista não é exaustiva): Comissão Indigenista Missionária e Comissão Pastoral da Terra, órgãos esquerdistas da Igreja Católica, que seguem a orientação da Teologia da Libertação, avessa ao lucro, à economia de mercado e ao estado de direito; MST e afins, como a Via Campesina e outros, que seguem a mesma orientação esquerdistante, propugnando a implementação no Brasil dos modelos chavista e cubano; ONGs nacionais e internacionais (algumas delas financiadas por Estados e empresas estrangeiros), como o Greenpeace e o Instituto Socioambiental, que passariam a decidir igualmente sobre os diferentes setores listados da economia nacional. Palavras muitas vezes encobrem significados inusitados, sobretudo dos que se dizem puros, não contaminados pela política.

✱ PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS. E-MAIL: DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR

Fórum dos Leitores

LEILÃO DE LIBRA O petróleo nunca foi nosso

Mesmo com a Petrobrás ruim das pernas, sofrendo intervenção excessiva do governo federal, desfazendo-se de ativos no exterior, sem capital para cobrir o seu déficit com a construção de mais refinarias e sendo obrigada a importar gasolina para abastecer o mercado interno, petroleiros entraram em greve contra o “salvador” leilão de Libra. Vão ser néscios assim lá longe!

✱ SERGIO S. DE OLIVEIRA ssoliveira@netsite.com.br

◆ Monte Santo de Minas (MG)

Petrobrás dos petroleiros

É nisso que dá empresa estatal como a Petrobrás. É um patrimônio não da Nação, mas dos petroleiros, que têm salários de Primeiro Mundo e nos abastecem com produtos de Terceiro. E por tabela tornam-se instru-

mento de política do partido do governo. Eles agora não querem a entrada de capital privado porque acham que podem continuar contando com o governo, isto é, com o nosso dinheiro, para tapar o rombo em que ela se encontra. Essa greve é um despropósito, porque a Petrobrás não tem dinheiro para explorar e produzir, mas mostra como eles lutam para manter os privilégios, ou melhor, a mamata. Imaginem se ainda tivéssemos a Vale, as siderúrgicas e outras estatais privatizadas o tamanho da conta que estaríamos pagando por ano. É por isso que a “privataria Tucana” foi e continua a ser a pedra no sapato dos nacionalistas, petistas, brizolistas, etc.

✱ MIGUEL PELLICCIARI emepe01@uol.com.br

◆ Jundiá

Significado da greve

A rigor, o que os petroleiros querem dizer é que o pré-sal é um

assunto muito sério para deixar na mão de petistas. VICTOR GERMANO PEREIRA victorgermano@uol.com.br

◆ São Paulo

Pré-sal chinês...?!

Será que essa Libra está pendendo mais para o lado da China? Dois pesos e duas medidas? O ex-diretor da Petrobrás e professor da USP (*Ilídio Sauer*) entende do assunto. Não o conheço pessoalmente, mas seguramente não fala asneiras. Provavelmente essa balança está desregulada e aí é preciso uma aferição mais acurada, sem interesses outros.

✱ JOSÉ PIACSEK NETO bubanetopiacsek@gmail.com

◆ Avanhandava

ELEIÇÕES 2014 Constante sobressalto

O ano de 2014 promete ser empolgante. Alianças surpreenden-

tes, verdadeiras jogadas de xadrez; eleições burlescas, com partidos *fake*; protestos urbanos provavelmente mais intensos, com depredações impunes, cada vez mais destruidoras; esperança de despecho do mensalão, consolidado pela prisão dos condenados; tentativas frustradas de desobediência civil visando ao não pagamento de IPTUs extorsivos – esses são alguns dos eventos que tornarão a vida do brasileiro um constante sobressalto. Tudo cimentado por uma Copa do Mundo cheia de jogadores ricos, pouquíssimos craques. Talvez reste algum espaço para, entre outras tarefas urgentes, o País melhorar os seus índices econômicos, desenvolver a infraestrutura capenga, controlar a inflação, sempre ameaçadora, promover uma política externa mais inteligente, que o reinsira no grande comércio mundial, elevar sua classificação no ranking da educação e usar com mais transparência os impostos arrecadados, com vista a dimi-

nuir a espera do cidadão por tratamento no SUS e garantir o seu direito de ir e vir. Será...? PAULO ROBERTO GOTAC prgotac@hotmail.com

◆ Rio de Janeiro

CPMF volta a assombrar

O deputado Rogério Carvalho (PT-SE) pretende ressuscitar a CPMF, que serviu para tudo menos para a saúde, agora chamada de Contribuição Social para a Saúde (CSS). Complementar ao Mais Médicos, programa político da presidente Dilma Rousseff, a CSS tem fundo exclusivamente eleitoral, porque o deputado é amigo pessoal do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, candidato do PT ao governo do Estado de São Paulo. De novo a população tem de ficar alerta para não permitir a aprovação de mais um aumento da absurda carga tributária, que já anda por volta de 38% do PIB. Não está na hora de mudar esse governo?

JOSÉ CARLOS DE C. CARNEIRO carneirojc@ig.com.br

◆ Rio Claro

O passado não serve mais

“Você não sente nem vê! Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo! Que uma nova mudança em breve vai acontecer! E o que há algum tempo era jovem, novo! Hoje é antigo e precisamos todos rejuvenescer! (...) E o passado é uma roupa que não nos serve mais”. Esses versos, da bela canção *Velha Roupas Coloridas*, do cearense Belchior, composta nos anos 70, é um retrato do que pode acontecer no cenário político nacional. É certo que a descrença é geral e ninguém pode garantir que a dobradinha Eduardo Campos-Marina Silva oxigene as velhas e os poderes práticas políticas tupiniquins. No entanto, parece que é o momento certo do surgimento de uma terceira via. A polarização do que está posto vem demonstrando saturação, desgaste